RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS À POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES

AFFIRMATIVE ACTION IN BRAZILIAN EDUCATION: FROM EDUCATION ON ETHNIC AND RACIAL RELATIONS TO QUOTA POLICIES IN UNIVERSITIES

LAS MEDIDAS DE DISCRIMINACIÓN POSITIVA EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: DE LA EDUCACIÓN EN MATERIA DE RELACIONES ÉTNICO-RACIALES A LA POLÍTICA DE CUOTAS EN LAS UNIVERSIDADES[1]

Anne Vitória Leite Xaves
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); integrante do Laboratório de Movimentos Sociais e Políticas Públicas (LAMPP/FUNDAJ); voluntária do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Católica de Pernambuco (NEABI/UNICAP). ORCID: https://orcid.org/0009-0000-4734-1994. E-mail: anne.xaves@gmail.com

.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Recebido em 01/09/2026 | Aceito em 26/09/2026 | **Publicado em 09/10/2026**

RESUMO

Este minicurso propõe uma revisão sistemática sobre as políticas de Ação Afirmativa em voga no sistema educacional brasileiro, com especial atenção para duas medidas: a obrigatoriedade do Ensino das Histórias e Culturas Africana, Afro-brasileira e Indígena e da Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei n.° 9.394/96, alterada pelas Leis n.° 10.639/03 e 11.645/08); e a política de reserva de vagas no Ensino Superior público (Leis n.° 12.711/12 e 14.945/24). Podendo ser aplicadas no setor público ou privado, ações afirmativas consistem em medidas reparatórias, compensatórias e preventivas que visam reduzir quadros de desigualdades sociorraciais e econômicos, mediante a discriminação positiva de grupos historicamente marginalizados. Desde o início do século XXI, o Brasil tem se comprometido doméstica e internacionalmente em promover políticas que assegurem a promoção da igualdade substancial entre os cidadãos, sendo a Educação um dos principais campos de implantação dessas medidas. Propõe-se aqui discutir os fundamentos históricos, jurídicos e sociais dessa modalidade de política, pautando sua importância, avanços e dilemas para a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira.

Palavras-chave

Ações Afirmativas; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Política de Cotas.

Keywords

Affirmative Action; Education on Ethnic and Racial Relations; Quota Policy.

Palabras clave

Discriminación Positiva; Educación para las Relaciones Étnico-Raciales; Política de Cuotas.

JUSTIFICATIVA

As ações afirmativas constituem importantes mecanismos de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais historicamente produzidas no Brasil. No campo educacional, tais políticas representam avanços significativos na democratização do acesso, permanência e reconhecimento de grupos historicamente marginalizados, especialmente da população negra, indígena e de estudantes oriundos das camadas populares. Nesse contexto, discutir as ações afirmativas torna-se fundamental para compreender as relações entre educação, racismo estrutural e cidadania. Para essa formação, propõe-se a abordagem da reconfiguração de dois âmbitos elementares do sistema educacional: o currículo, por meio da abordagem da política da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na Educação Básica; e o acesso ao sistema, democratizado no Ensino Superior pela implantação da Lei de Cotas. Assim, o minicurso objetiva fomentar debates críticos sobre justiça social, igualdade racial e políticas públicas educacionais, contribuindo para a formação crítica de estudantes, pesquisadores(as) e profissionais da educação.

OBJETIVOS DO MINICURSO

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos participantes uma compreensão crítica e fundamentada sobre as Ações Afirmativas no Brasil, com ênfase na Política de Educação das Relações

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Étnico-Raciais (ERER) e na Política de Cotas nas universidades públicas, situando-as em seu contexto histórico, legal e sociopolítico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) compreender o conceito de Ações Afirmativas e suas bases teóricas nas perspectivas da justiça redistributiva e do reconhecimento;
b) analisar o processo de emergência e institucionalização das Ações Afirmativas no Brasil, considerando o papel dos movimentos sociais, do Estado e da Academia;
c) examinar os fundamentos, os marcos legais e os desafios de implementação da política da Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas brasileiras;
d) discutir a implementação e expansão da Política de Cotas nas universidades públicas;
e) fomentar uma postura crítica e reflexiva sobre os limites e as potencialidades das políticas afirmativas como instrumentos de transformação social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

a) O que são Ações Afirmativas? Conceito, tipologias e bases teóricas;
b) Justiça redistributiva, reconhecimento e reparação histórica;
c) Experiências internacionais: EUA, África do Sul, Índia e América Latina;
d) O racismo estrutural como problema público no Brasil.

UNIDADE 2 – AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: TRAJETÓRIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO

a) O papel do Movimento Negro e da sociedade civil no agendamento das Ações Afirmativas;
b) Marcos históricos: Redemocratização, Constituição de 1988 e Conferência de Durban (2001);
c) O debate legislativo e judicial: STF e a constitucionalidade das cotas;
d) O panorama atual das Ações Afirmativas no Brasil.

UNIDADE 3 – A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER)

a) A Política curricular da Educação para as Relações Étnico-Raciais e do ensino das Histórias e Culturas Africana, Afro-brasileira e Indígena;
b) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e as Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08;
c) A ERER e a construção de uma educação antirracista: a prática pedagógica e o *ethos* do educador;
d) Os desafios para a implementação da política na escola básica: formação docente, materiais didáticos e resistências político-ideológicas.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

UNIDADE 4 – A POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

a) A Lei nº 12.711/2012 e o sistema de reserva de vagas: estrutura e critérios;
b) A revisão da lei e os debates sobre cotas raciais *versus* cotas sociais;
c) Evidências empíricas: desempenho acadêmico, permanência e impacto social dos cotistas;
d) Críticas, controvérsias e o futuro das cotas no ensino superior brasileiro.

METODOLOGIA

O minicurso será realizado em formato virtual, por meio de plataforma de videoconferência, e desenvolvido a partir de uma abordagem ativa e dialógica, combinando diferentes estratégias pedagógicas de modo a favorecer tanto a apropriação conceitual quanto a reflexão crítica dos participantes. A condução das atividades privilegiará exposições dialogadas, com estímulo permanente à participação por meio do chat, do microfone aberto e de ferramentas interativas, além de leituras de textos selecionados – excertos de obras de referência, documentos legais e artigos científicos – compartilhados previamente em formato digital e discutidos coletivamente durante os encontros síncronos. Rodas de conversa, debates estruturados e análise de materiais audiovisuais complementarão a dinâmica do curso, promovendo o confronto qualificado de perspectivas e a contextualização dos temas abordados. Ao final de cada unidade, será realizada uma síntese coletiva com uso de murais virtuais colaborativos, garantindo coerência e progressão ao percurso formativo. Os recursos didáticos incluirão slides compartilhados em tela, textos de apoio em repositório virtual e materiais audiovisuais previamente selecionados.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009. 160 p.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 454 p.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [*s. l.*], v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011. DOI: https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971/11602.

GOMES, Nilma Lino; XIMENES, Gusmão. Ações afirmativas e a retomada democrática. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, e269417, p. 1-5, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.269417.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

GUSMÃO, Fábio. Políticas de ações afirmativas para a educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 31, n. 1, p. 1-29, 2024. DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2229v31n1.2024.15. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/20078.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. Balanço do PNE (2014-2024): as políticas de ação afirmativa na educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, 2024. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v35.10593.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000300011&script=sci_abstract.

NASCIMENTO, Elisangela Nunes Abreu do; LIMA, Paulo Gomes. Políticas de ações afirmativas: itinerário histórico e pontuações quanto à realidade brasileira. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 179-196, 2018. DOI: https://doi.org/10.24115/S2446-6220201842481p.179-196.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhtfnnv8FQsVZzFH/abstract/?lang=pt.

SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (org.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais**: o contexto pós-Durban. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 327 p.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica